

O ENSINO SUPERIOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: QUESTÃO INDÍGENA

Por *Diva Helena Frazão de Vasconcelos*[1]

RESUMO: O Ensino Superior, no Brasil, surge sob a égide da exclusão, nos mesmos moldes do básico. Iniciado com a vinda da família real portuguesa, foi destinado aos filhos de aristocratas e à população de poder econômico e político. Vetado, por longos anos, aos socioeconomicamente desprestigiados e às minorias étnicas, as populações indígenas foram as maiores vítimas. Este trabalho objetiva refletir sobre a questão indígena e sua inclusão no Ensino Superior. Metodologicamente, baseou-se em fontes bibliográficas, midiáticas e estudos realizados por pesquisadores. As políticas públicas, como a definição de cotas para as universidades públicas e centros universitários federais, destinadas a estudantes advindos da escola pública, sob critérios socioeconômicos e étnicos, não atingem a objetivo de incluir os índios efetivamente no Ensino Superior, já que as dificuldades enfrentadas por eles requerem ações bem menos paliativas e emergenciais. Mas, apesar de caminhar a passos muito lentos, já se vislumbra mais preocupação com a questão indígena no que se refere a sua formação acadêmica, fato comprovado por ações de IES públicas de apoio a estudantes índios e pela criação da primeira IES federal – o Instituto de Conhecimentos Indígenas e Pesquisa do Rio Negro (ICIPRN) -voltada exclusivamente para os índios e sua problemática. Mas ainda são necessárias políticas públicas mais eficientes e maior compromisso da sociedade para que se dê fim ao preconceito, exclusão social e à agressão cultural que sofrem essas populações.

Palavras-chave: Índios. Ensino Superior. Inclusão. Políticas públicas.

ABSTRACT: Higher education in Brazil comes under the aegis of exclusion, the same basic templates. Started with the arrival of the Portuguese royal family, it was intended for the children of aristocrats and the people of economic and political power. Vetoed, for many years, the socio-economically underprivileged and ethnic minorities, indigenous populations were the main victims. This paper aims to reflect on indigenous issues and their inclusion in higher education. Methodologically drew on literature sources, media and studies by researchers. Public policies such as setting quotas for public universities and federal universities, for students coming from the public school, in social, economic and ethnic lines do not reach the goal of including the Indians effectively in higher education, since the difficulties faced they require far less palliative and emergency actions. But despite walking very slowly, already sees more concern with indigenous issues with regard to their education, a fact proven by public higher education institutions in actions in support of Indian students and the creation of the first federal IES - Institute of Rio Negro Indigenous Knowledge and Research (ICIPRN) exclusively for the Indians and their problems. But more efficient public policies are still needed and greater commitment of society to give an end to prejudice, social exclusion and cultural aggression suffering these populations.

Keywords: Indians. Higher education. Inclusion. Public policy.

Introdução

A exemplo do ensino regular básico, não só no Brasil, mas no mundo, o de nível superior também nasce sob a égide da exclusão. Privilégio de poucos, a exclusão de muitos sempre foi a marca da instituição de ensino moderna e, no Brasil, só nos últimos anos, esse fato deixou de ser considerado natural para ser problematizado.

Cada vez mais comum, a presença de alunos com necessidades especiais ou advindos de camadas sociais menos privilegiadas economicamente vêm ocupando espaços nas Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente nas privadas, através de programas voltados à educação superior do governo federal como o FIES e o ProUni.

Paralelamente a essa problemática, existe a questão das etnias. Segundo Fernandes (2007), o povo brasileiro é formado, especialmente, por índios, negros e brancos europeus, marcado por desigualdades sociais profundas, preconceito, principalmente o social, e desrespeito às minorias étnicas.

Apesar da Lei nº 10.639/03, que alterou a Lei nº 9.394/96, das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), incluindo, no currículo oficial básico da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e da Lei nº 11.700/08, que reconhece o valor das etnias, inclusive das indígenas, na formação do povo e da cultura do Brasil, ainda não se assumiu, de fato, sua importância. Apenas em 2003, o Ministério da Educação (MEC) passou a lidar com a questão dos índios no Ensino Superior.

Consideramos pertinente definir a diferença entre raça e etnia.

O conceito de raça está intimamente relacionado com o âmbito biológico, as diferenças de características físicas que fazem daquele grupo social um grupo particular. [...] fala-se de raça quando se atenta para questões de cor de pele, tipo de cabelo, conformação facial e cranial, ancestralidade genética. O conceito de etnia está relacionado

com o âmbito da cultura, os modos de viver, costumes, afinidades linguísticas, de como determinado povo cria as condições de pertencimento naquela etnia. (Disponível em: <http://www.infojovem.org.br/infopedia/descubra-e-aprenda/diversidade/raca-e-etnia/>).

Outro fato importante é o Projeto de Lei nº 12.711/12, referente às cotas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, sancionado pela presidente Dilma Rousseff, estabelecendo uma reserva de 50% das vagas nos processos seletivos de universidades públicas e institutos federais, para alunos que cursaram todo o Ensino Médio em escolas públicas, baseando-se em questões étnicas e socioeconômicas.

De acordo com a Lei de Cotas, o número de vagas reservadas deve ser proporcional à quantidade de índios que reside no estado onde está situado o campus da universidade. Sendo assim, um estado com maior índice de povos indígenas terá mais vagas destinadas a esse grupo racial. Em 2012, os índios foram contemplados por cotas em 19 processos seletivos nas universidades vinculadas ao MEC.

Os processos seletivos são diferenciados e específicos para os índios. São exames especiais, como os que ocorrem nas universidades federais do Paraná (UFPR) e Roraima (UFRR). Em outras, como na Federal do Amapá (Unifap), são oferecidos cursos exclusivos para esse grupo, como a licenciatura intercultural indígena.

Faz-se importante refletir sobre o fato de nem todas as IES públicas oferecerem vagas aos indígenas, não participarem do programa de cotas, ou não haver homogeneidade entre os critérios adotados para a distribuição, ou para o percentual de vagas destinadas às cotas, de uma forma geral.

Na Paraíba, em 2012, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), por exemplo, não participou do programa de cotas, e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) reservou 25% das vagas iniciais para estudantes de escolas públicas. Dentro desse percentual, 56% foram para negros e pardos; 0,29% para indígenas e 5% para portadores de necessidades especiais. Em 2015, entre quatro IES públicas

paraibanas, foram destinadas 15.049 vagas para as cotas, entre os 310 cursos ofertados. (Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/04/423-das-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-negros-e-indios.html>. Acesso em: 30/05/15)

Em 2015, o índice, no Brasil, foi maior que os 37,5% previstos na lei para este ano. Ao todo foram 82.879 vagas para alunos de escolas públicas, equivalendo a 40% do total de vagas nas IES públicas. Além da Lei de Cotas, algumas IES promoveram reserva de vagas por ações afirmativas, como as destinadas a deficientes, quilombolas ou um índice maior para alunos negros, pardos ou indígenas. No total, foram 12.825 vagas do Sistema de Seleção Unificada (SISU) reservadas para ações afirmativas das universidades e institutos estatais. Até 2016, as IES públicas devem atingir o índice de 50% das vagas destinadas às cotas. (Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/01/sisu-tera-40-das-vagas-reservadas-para-estudantes-de-escolas-publicas.html>. Acesso em: 30/05/15)

Este trabalho objetiva refletir sobre a problemática da inclusão no Ensino Superior, focando, especialmente, a questão indígena, fundamentando-se, teoricamente, em trabalhos realizados por pesquisadores de Instituições de Ensino Superior e fontes bibliográficas, midiáticas e documentais.

Ensino Superior e a Questão Indígena

O Ensino Superior, no Brasil, inicia-se com a vinda da família real portuguesa, por tornarem-se necessários profissionais em áreas específicas, como a jurídica e a engenharia. A princípio, eram instituições desarticuladas e, até a proclamação da República, havia somente faculdades com cursos isolados, inexistindo o que se conhece como universidade, instituição caracterizada por ter todas as faculdades integradas a ela. A primeira universidade surge em 1912, destinando-se aos filhos de famílias aristocráticas, de poder político e econômico.

A citação abaixo, de Souza (1991), ratifica o caráter elitista que marca o ensino Superior no Brasil. Mesmo após as reformas de ensino empreendidas pelos

governos das décadas de 1960-70, este permanece, motivando outras medidas como as citadas anteriormente.

O real significado do termo “Ensino superior” vai muito além do de ensino de terceiro grau, como ficou popularizado principalmente após as reformas de 60 e 70. O saber superior deve ser adquirido mediante o uso de codificações, sistemas, modelos e símbolos da semântica científica e, por isso, foge à praticidade do dia a dia e se reserva aos que disponham de condições especiais para abordá-lo. Por isso, como muitos querem, não pode ser democraticamente acessível a todos. É um ensino, por natureza, elitista, para uma minoria capacitada intelectual e culturalmente e não no sentido trivial de pessoas socioeconomicamente bem postas na comunidade. (Grifo do autor).

Esta afirmação demonstra o caráter excludente que tem caracterizado a educação no Brasil. O ensino básico público ineficiente para aparelhar as populações menos privilegiadas economicamente, especialmente as rurais e de minorias étnicas como as indígenas, torna, realmente, o Ensino Superior elitista, destinado, como disse o autor, “para uma minoria capacitada intelectual e culturalmente”. Mas foram os privilégios políticos e econômicos que abriram as portas para o ensino, especialmente o superior, no Brasil.

Os processos de seleção ao Ensino Superior deixam fora das IES públicas a maioria da população que o almeja e uma grande parte fica também fora dos programas de políticas públicas de inclusão já que estes, FIES e PROUNI, além de não atenderem a todos em questão numérica, têm outros critérios restritivos de acesso, como bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), obrigatório a todos que pretendem entrar nos programas.

A presença dos povos indígenas no Ensino Superior é quase insignificante. O levantamento realizado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 2000, constata que apenas cinco mil índios concluíram o Ensino Médio, numa população estimada em 368 mil indivíduos, representando apenas 1,36%. Desses, somente mil ingressaram no ensino superior, ou seja, 0,36% do total. (Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/educacao/infograficos/indigenas-ensino-superior/> Acesso em: 31/05/15).

Anualmente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realiza o Censo da Educação Superior, objetivando oferecer à comunidade acadêmica e à sociedade informações acerca das instituições que compõem o sistema nacional de educação superior: universidades; centros universitários; faculdades integradas; faculdades isoladas; institutos superiores de educação; escolas e centros de educação tecnológica. A coleta de dados orienta-se, atualmente, pelo Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008, tendo como instrumentos questionários preenchidos pelas IES, além de fontes importadas do Sistema e-MEC.

Segundo o Censo de 2008, das 2.985.137 vagas oferecidas pelas 2.252 IES brasileiras, 1.093 foram destinadas aos índios, representando 0,03% do total. Disputaram-nas 1.713 inscritos; destes, apenas 282 ingressam no Ensino Superior e treze concluíram seus cursos, segundo o INEP.

Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

O Censo Demográfico 2010 contabilizou a população indígena com base nas pessoas que se declararam indígenas no quesito cor ou raça e para os residentes em Terras Indígenas que não se declararam, mas se consideradas indígenas. O Censo 2010 revelou que, das 896 mil pessoas que se declaravam ou se consideravam indígenas, 572 mil ou 63,8 %, viviam na área rural e 517 mil, ou 57,5 %, moravam em Terras Indígenas oficialmente reconhecidas. (<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge>)

Segundo o IBGE (2010), o restante da população indígena residia em áreas urbanas.

O Ministério da Educação (MEC), em 2011, informou que havia 3.540 estudantes índios entre a população universitária total de 1.773.315, da rede pública, isto é, um índio para cada 500 estudantes ingressos no Ensino Superior. Na época, a população indígena era de 896.917, entre os 190 milhões de brasileiros.

Várias são as dificuldades enfrentadas pelos índios. Além de conseguir passar nos processos seletivos e lidar com o preconceito, há falta de recursos financeiros para custear as viagens às IES e moradia, choque cultural e linguístico dentro dos campi. Fora esses fatores, existem a saudade da família e falta da realidade da aldeia, das comidas típicas, dos rituais religiosos e festivos e da liderança do cacique. Estima-se a evasão em 60%, segundo a FUNAI, apesar de alguns programas de assistência e apoio desenvolvidos por algumas universidades e organizações não governamentais. Na Universidade Federal do Mato Grosso, a evasão chega a 90% nos cursos de matemática e engenharia, numa média de 46% entre os cursos frequentados pelos alunos índios.

Em 2008, doze IES públicas recebiam apoio financeiro do MEC para a implantação, manutenção de cursos de licenciatura e custeio de estudantes, a saber:

UFRR (Universidade Federal de Roraima), UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), UFAM (Universidade Federal do Amazonas), UFT (Universidade Federal do Tocantins), UFCG (Universidade Federal de Campina Grande), UFBA (Universidade Federal da Bahia), Unemat (Universidade Estadual do Mato Grosso), UEL (Universidade Estadual de Londrina), UEA (Universidade Estadual do Amazonas), Uneb (Universidade Estadual da Bahia), UEMS (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul), e a Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná).

De acordo com o Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, em 2011, das 125 IES públicas do país, 63 contavam com programas voltados aos índios.

Vilmar Martins Moura Guarani, advogado e coordenador do Observatório de Direitos Indígenas, organização que luta pelos direitos fundamentais dos povos indígenas do Brasil, afirma que "Nas universidades ainda não se fala sobre legislação indigenista. As instituições não se abriram para esse conhecimento. Se fosse depender da formação que tive, não saberia nada sobre esse assunto". Guarani ressalta que o preconceito sofrido por alguns índios, dentro do campus, é maior nas regiões onde ocorrem disputas pela terra, mas a realidade mostra que

esse tem sido um dos principais entraves à formação escolar básica e acadêmica dos indígenas.

(Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=10154).

Bem mais contundente, Helena de Biase, coordenadora de projetos do Departamento de Educação da FUNAI, destaca que, no Brasil, tem-se do índio uma visão romantizada e rotulada. Segundo ela,

Para muitos existem dois tipos de índio. O índio puro - que vive na floresta, não usa roupa e se alimenta do que caça – e que merece ajuda humanitária. Já o índio impuro - que mora na cidade e usa roupas de branco - é preguiçoso, vagabundo e interesseiro. Os índios são considerados um estágio primitivo da humanidade. As pessoas acham que quando eles começam a evoluir e a lutar pelos seus direitos, deixam de ser índios. (Disponível em: <http://portal.metodista.br/pastoral/reflexoes-dapastoral/exclusao-etnica-indio-um-cidadao-especial>).

Tratar do acesso dos índios às universidades é um passo realmente significativo e necessário para sua integração na sociedade como cidadãos brasileiros que são. Para tanto, há necessidade de se criarem mecanismos de avaliação mais adequados a seu ingresso e permanência no Ensino Superior, bem como políticas públicas que rompam com as dificuldades de sua integração numa sociedade que lhes é cultural e linguisticamente estranha e deem fim à imagem caricata do índio preguiçoso, colorido, que apenas dança e caça.

Biase ressalta que "Está mais do que na hora de o índio ser visto como um cidadão especial, com cultura própria. Esteja trabalhando na cidade ou caçando na mata, o índio nunca deixa de ser índio". Seus direitos devem ser garantidos e sua relação com os recursos naturais e de sustentabilidade de suas terras, preservada. "As iniciativas devem ser elaboradas respeitando as diferenças culturais e de formação social que apresentam", conclui a coordenadora.

Ensino Superior para Índios: ouvindo as preces a Tupã

Por muito tempo e para muitas pessoas, pensar na inclusão de indígenas no Ensino Superior tinha uma conotação utópica. Considerados incapazes de atingir este nível de escolaridade, o preconceito os afastou até da educação básica, por longos anos de nossa História. Infelizmente, ainda é um pensamento comum, mesmo entre a comunidade acadêmica.

Mas a integração das comunidades indígenas à sociedade, dita, dos brancos é cada vez maior. Pressões de ordem externa, interna e advindas dos próprios índios, principalmente, têm forçado o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas a essas nações, de modo a dar-lhes não só condições de sobrevivência, mas também de preservação de suas terras, de sua cultura e inclusão na das outras etnias componentes da sociedade brasileira, tão multicultural.

Trilhando esse caminho, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação, coordenou, em 2005, a criação do Programa de Apoio à Implantação e Desenvolvimento de Cursos de Licenciatura para Formação de Professores Indígenas (PROLIND), cujo objetivo é apoiar projetos de cursos de licenciaturas específicas para a formação de professores indígenas, para atuarem na Educação Indígena. Os projetos visam a promover a valorização do estudo de temas como línguas maternas, gestão e sustentabilidade das terras e culturas dos povos indígenas.

Ainda, atendendo às demandas socioculturais e ambientais, está em fase de criação o Instituto de Conhecimentos Indígenas e Pesquisa do Rio Negro (ICIPRN), conduzida pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) – organização social ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). A proposta do MEC de uma universidade só para índios permitirá, a partir de 2016, que a população da região da bacia do Rio Negro conte com sua primeira IES federal, voltada exclusivamente para os jovens e profissionais indígenas que se interessem por saberes e conhecimentos de seu universo.

A sede do Instituto será no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), a 851km de Manaus e, inicialmente, oferecerá 60 vagas para o curso de graduação em Gestão Territorial, Manejo Ambiental e Economia Indígena, com duração de três anos.

O Instituto objetiva atingir uma população estimada em cerca de 30 mil pessoas, pertencentes a mais de 20 etnias, que se localizam, especialmente, nas regiões do Médio e Alto Rio Negro.

Apesar de países como a Bolívia, que tem cinco universidades de povos indígenas e 22 cursos; a Nicarágua, duas universidades e 10 cursos; o México, oito universidades e 49 cursos, e os Estados Unidos, onde há duas universidades, no Brasil, essa experiência intercultural é algo novo. O primeiro curso superior direcionado aos índios foi criado em 1999, na Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat), mas as mudanças têm caminhado lentamente.

Embora tardia e insuficiente para resgatar anos de exclusão, esse Instituto abrirá espaços para discussões importantes acerca da questão indígena, bem como formará tecnólogos capacitados a discutir, repensar seus problemas e propor soluções contextualizadas e cientificamente fundamentadas.

Considerações Finais

Historicamente, o índio tem sido tratado como um fato do passado, já que a pilhagem de suas terras, massacres, desrespeito a sua cultura e seus valores ainda são fatos do presente, segundo Luckesi et al (1984).

A transmissão do conhecimento sempre se deu pela ótica do colonizador branco, não dialética nem dialogal. O índio nunca foi interlocutor nem podia ser. Havia um poder armado e estranho, com uma língua que ele não entendia, mas ditava sua vida.

Resgatar todo um passado sombrio, permeado por atos desumanos é impossível, mas é possível o respeito, no presente. É possível, através da educação,

dar a esses povos oportunidades de inclusão real na sociedade. É possível parar o processo de aculturação e de expulsão de suas terras e trocar pelo de preservação de suas riquezas naturais e culturais, para que não esqueçamos de toda a contribuição que as nações indígenas deram à formação (inter) cultural do povo brasileiro.

Referências Bibliográficas

ACESSO de índio à universidade ainda é pequeno. **UFCG. Assessoria de Imprensa.** Disponível em:

http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=10154. Acesso em: 7/05/15

EXCLUSÃO étnica: **Índio - um cidadão especial.** Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em: <http://portal.metodista.br/pastoral/reflexoes-da-pastoral/exclusao-etnica-indio-um-cidadao-especial>. Acesso em: 7/05/15

ÍNDIOS nas universidades. In: *Educa*.2009. Disponível em:<http://www.oieduca.com.br/artigos/convivendo-com-a-diferenca/indios-nas-universidades.html>. Acesso em: 7/05/15

LIRA, Davi. **Proposta pelo MEC, universidade só para índios vai funcionar no Amazonas em 2016.** 30/09/2014. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-09-30/proposta-pelo-mec-universidade-so-para-indios-vai-funcionar-no-amazonas-em-2016.html>. Acesso em: 7/05/15

LUCKESI, Cipriano et al. **Fazer universidade:** uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1984.

SOUZA, Marcelle. **UOL EDUCAÇÃO.**

Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/04/19/precisamos-de-mais-indios-na-universidade-diz-professor-guarani-kaiowa.htm>. Acesso em: 7/05/15.

FERNANDES, Rosani de Fátima. **Ensino Superior para indígenas: desafios e perspectivas**. 2007. Disponível em: http://www.ufpa.br/juridico/documentos/ENSINO_SUPERIOR_INDiGENA_DESAFIOS_E_PERSPECTIVAS_-_Rosani_Fernandes.pdf. Acesso em: 7/05/15.

SOUZA, Paulo N. P. Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Brasileiro. In: **História do Ensino Superior**. Universia: Brasil Universidades. Disponível em: <http://universidades.universia.com.br/universidades-brasil/historia-ensino-superior/>. Acesso em: 7/05/15

UNIVERSIDADES **indígenas y originarias em Bolivia**. *Bolpress*. Disponível em: <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2009042004> Acesso em: 3/6/15

UNIVERSIA BRASIL. **Universidade de cocar**. 2006. Disponível em: <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2006/06/29/438027/universidade-cocar.html> Acesso em: 7/05/15

Notas:

[1] Professora de Leitura e Produção de Texto na Faculdade Internacional da Paraíba - Rede Laureate. Mestre em Linguística (UFPB); Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidad San Carlos, Assunção, PY.